



L  
U  
F  
A  
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial.  
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

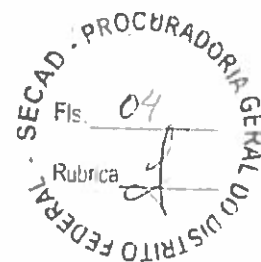
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR  
RELATOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL -  
J. J. CARVALHO.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios  
CONSELHO ESPECIAL.  
06/02/2013 16:22:47

724



PROCESSO Nº 2013.00.2.001073-2 - MSG



**JEFFERSON LUIZ DIAS MOREIRA**, devidamente qualificado nos autos do destacado feito, vem respeitavelmente perante Vossa Excelência, requerer seja o Governo do Distrito Federal retirado do polo passivo da presente Ação, mantendo-se apenas como autoridade coatora, o senhor Secretário de Estado de Transportes.

Outro fator que torna curiosa a Contratação das empresas ora rebatidas, é que seus Contratos foram assinados justamente pela pessoa do Secretário de Estado Interino, o senhor **PAULO VICTOR RADA REZENDE**, que recentemente respondeu por crime de fraude à licitação, quando se livrou da condenação, apenas

227  
X



Advocacia nos Tribunais

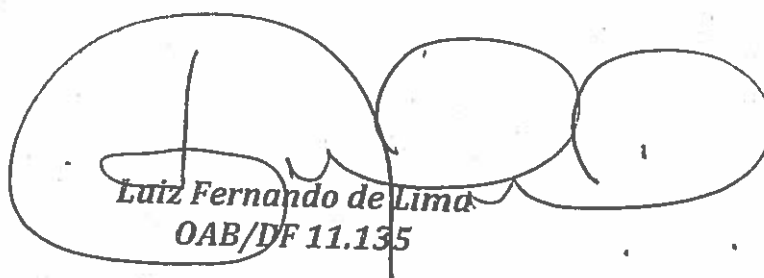
L  
U  
F  
A  
L

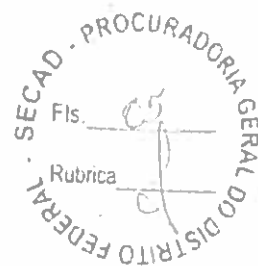
**Advogados Associados S/C Ltda.**

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial  
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

por da pena, o que não lhe exime da ilicitude de seu ato. Documento comprobatório anexo. Roga nesta oportunidade, que no pedido de informações, faça o impetrado juntada cópias dos Contratos das empresas citadas. (FL. 18 - INICIAL)

Termos em que  
Pede deferimento.  
Brasília-DF., 04 de fevereiro de 2013.

  
**Luiz Fernando de Lima**  
**OAB/DF 11.135**



23  
Conselho Especial  
Mandado de Segurança nº. 1073-2  
Impetrante: Jeferson Luiz Dias Moreira

Vistos etc.

Recebo a emenda.

Retifique-se a autuação, a fim de que conste como autoridade coatora exclusivamente o Sr. Secretário de Transportes do DF.

O pedido de liminar será examinado após as informações, que deverão ser requisitadas.

I.

Brasília, 14 de fevereiro de 2013.

Des. J. J. Costa Carvalho  
RELATOR

DESPACHO ENVIADO À PUBLICAÇÃO - PAUTA Nº 44

EM 22/2/2013

  
SECRETARIA DO CONSELHO ESPECIAL E DA MAGISTRATURA



**EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.**

**CONTRAFÉ**

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios  
SERPET**

**15/01/2013**

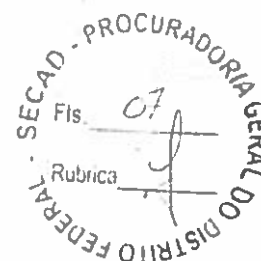
**17:40:16**

**859**



*"Lei 1.533/51*

*Art. 1º - Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrer-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".*



**JEFFERSON LUIZ DIAS MOREIRA**, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº 599.078 SSP/DF e CPF nº 913.403.578-87, residente e domiciliado na Q. 205, Conj. 10, casa 08, Recanto das Emas/DF, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por seu procurador e advogado ao final assinado (docs. nºs. 01), com fulcro nos Arts. 90, 91 da Lei 8.666/93, bem como nos preceitos constitucionais e infraconstitucionais, apresentar

**MANDADO DE SEGURANÇA  
COM PEDIDO DE LIMINAR  
EM CARATER DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**

Em face do GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, representado através da SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES, com sede no 15º andar do Anexo do Palácio do Buriti, na pessoa do Senhor Secretário de Estado, Presidente da Comissão Especial de Licitação na pessoa do Sr. GALENO FURTADO MONTE, por vícios diversos na condução dos procedimentos licitatórios, dentre outros defeito material na apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, confeccionado de maneira equivocada pelo, Senhor Diretor Geral e Diretor Técnico do DFTRANS, beneficiando as duas empresas vencedoras dos LOTES 2 e 5 (dois e cinco) EMPRESA PIONEIRA E EMPRESA SÃO JOSÉ com posterior homologação e convalidação do ato pelo Senhor Secretário de Transportes, pelas razões de fato e de direito que seguem nas breves linhas:

**PRELIMINARMENTE  
NULIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA  
POR VÍCIO DE ILEGALIDADE INSANÁVEL**

**Seção III  
Dos Crimes e das Penas  
Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.**

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 91. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Não devem prosperar o **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** fornecidos pelo DFTRANS via dos seus Diretores Geral **MARCOS ANTÔNIO T. CAMPANELLA** e Diretor Técnico **RAIMUNDO LÚCIO L. DA SILVA**, para participação no Certame 001/2011-ST (EDITAL anexo - doc. 02), por duas simples razões. A uma pelo fato de que ao fornecer o referido Atestado, não se atentou de que no **ITEM 21.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, mas precisamente no item **21.4.1.1**, que assim exprime:

*"21.4.1.1 - A Licitante deverá apresentar atestado emitido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado prestadora de serviço público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público coletivo de passageiros, em linhas urbanas, suburbanas, intermunicipais e/ou interestaduais, em quantidades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.*

Complementando-se com o disposto nos itens 21.4.1.1.1 e 21.4.1.1.1.1, temos:

*"21.4.1.1.1 - Considera(m)-se pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da presente licitação o(s) serviço(s) anterior(ES) que atenda(m) os seguintes quantitativos:*

*21.4.1.1.1.1 - Totalizam frota atual (ou existente na data de assinatura do atestado), composta por veículos do tipo microônibus e/ou ônibus (enquadrado em qualquer das categorias descritas no Anexo II.5 deste EDITAL), correspondente a, no mínimo 40% (quarenta por cento) do número de veículos da frota inicial prevista no EDITAL (Anexo II) para operação do Lote onde proponha a LICITANTE, e;"*

Ora, traz ainda o art. 30, II, da Lei 8.666/93:

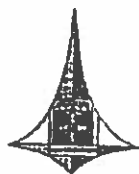
*"Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos".*

Ora, Excelência, no Certificado de Capacidade técnica fornecido pelo DFTRANS, via de seu Diretor Geral e Diretor Técnico (doc. nº 03) dos autos, consta apenas número e tipo de veículos que opera a licitante, natureza do serviço, e período de prestação dos serviços. Vejamos:

**ATESTADOS QUE NÃO TRAZEM MAIS QUE  
INFORMAÇÕES;**

**QUE NADA ATESTAM MUITO MENOS SERVIÇOS  
PRESTADOS DE NATUREZA SATISFATÓRIA,  
CONFORME EXIGÊNCIA EDITALÍCIA E DA Lei  
8.666/93**

Tanto se perderam os informantes atestadores da Viação Pioneira Ltda, que além de não atestarem sua Capacidade Técnica, igualmente errado, divulgaram o número de seus veículos em operação. Na realidade, e de acordo com dados oficiais fornecidos pelo Sistema de Bilhetagem Eletrônica, a Empresa tem em operação, entre os cadastrados e os legalmente licitados, exatos 389 (trezentos e oitenta e nove) veículos, e não 441 (quatrocentos e quarenta e um), como no Atestado fornecido abaixo pelos senhores Diretores Geral e Técnico do DFTRANS. (doc. 07) e abaixo juntado.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

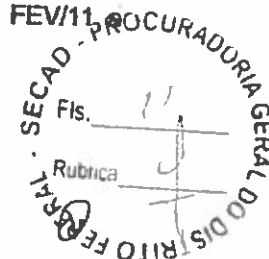
Data: 05/09/2012

REF: Edital de Concorrência n.º 01/2011 - ST

Folha:	023044
Processo n.º	050.000.455/2012
Rubrica	Marcos T. Campanella

Atestamos para os devidos fins que a empresa **VIÇÃO PIONEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.830.982/0001-62, sediada à **SGCV SUL, Lote 18, Zona Industrial - Guará/DF**, possui as seguintes informações:

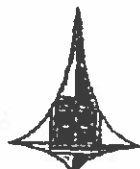
- 1- Tipo de veículos: ONIBUS ALONGADO E ONIBUS ARTICULADO
- 2- Quantidade de veículos: frota total 441 carros.
- 3- Passageiros transportados, média mensal no período de FEV/11 a JUL/11: 3.252.310 passageiros/mês.
- 4- Local: operação realizada em Brasília/DF.
- 5- Natureza: Sistema de Transporte Público Coletivo/DF
- 6- Serviço prestado: Serviço Básico do STPC/DF.
- 7- Período de prestação de serviço: opera desde 06/02/2006.



*Marco Antonio T. Campanella*  
Marco Antonio T. Campanella  
Diretor Geral  
Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans

*Raimundo Lúcio Lima da Silva*  
Raimundo Lúcio Lima da Silva  
Diretor Técnico  
Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
 TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL

Folha: **023903**  
 Processo n.º **024.004.555/2010**  
 Rubrica: **GDF** Data: **2/9/12**

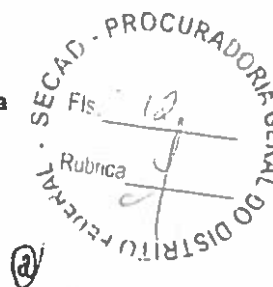
### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

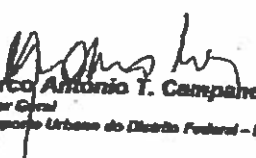
Data: 30/08/2012

REF: Edital de Concorrência n.º 01/2011 - ST

Atestamos para os devidos fins que a empresa **Expresso São José Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.627.142/0001-46, sediada à SGCV Sul, Lote 05-A, CEP 71215-100, Guará/DF, possui as seguintes informações:

- 1- Tipos de veículos: ONIBUS ALONGADO E ARTICULADO
- 2- Quantidade de veículos: frota total atual de 283 carros.
- 3- Passageiros transportados, média mensal no período de FEV/11 a JUL/11: 2.564.894 passageiros/mês.
- 4- Local: operação realizada em Brasília/DF.
- 5- Natureza: Sistema de Transporte Público Coletivo/DF
- 6- Serviço prestado: Serviço Básico do STPG/DF.
- 7- Período de prestação de serviço: opera desde 28/04/1998.



  
**Marco Antonio T. Campanella**  
 Diretor Geral  
 Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTTrans

  
**Raimundo Lúcio Lima de Silva**  
 Diretor Técnico  
 Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTTrans

1º Lote: Registro Civil  
 Pte. Ben. Lúcio A. de Castro  
 Advogado - OAB/DF nº 121.154-1/2001  
 Cédula A. C. Alvaro - Oficial e Tabelião

#### AUTENTICAÇÃO

Atestamos a presente fotocópia que é  
 reprodução fiel do documento original.  
 AUTENTICAÇÃO SOMENTE NO PRESENCIAL

11 SET 2012

Antepos

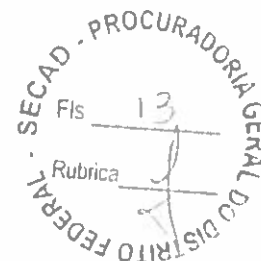


DES. FOTOCOPIA A CORES  
 23/46

Em nenhum momento se foi feita referência a aptidão (CAPACIDADE TÉCNICA) para o fornecimento do referido serviço, mormente se o mesmo foi feito de forma satisfatória, como exigido tanto no Edital, como na Lei 8.666/93. Ora desta forma não se pode dizer que foi atestada a capacidade técnica da licitante Empresa Expresso São José, apenas uma mera informação.

E nem poderia os seus signatários dar tal Atestado na forma exigida, mormente por conhecedores dos elevados números de multas e reclamações acerca dos serviços mal prestados pela licitante, isto sem falar que nenhum dos atestadores, ou prestadores de tais informações se preocuparam em verificar a situação real da Empresa, repleta de multas e com um histórico de reclamações volumoso.

**AINDA QUE SE TRATANDO DE EMPRESA  
INABILITADA, PODE-SE VERIFICAR ABAIXO QUE A  
EMPRESA PRADELA, APRESENTOU SEU ATESTADO  
DE CAPACIDADE TÉCNICA DE FORMA COMPLETA,  
ATENDENDO AS NORMAS EDITALÍCIAS**





Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial  
STF - STJ - TST - TSE - TRF



VIPLAN

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

10. OF. DE NOTAS REGISTRAIS E PROTESTO

Guara I - 07

Caival Moreira de Araujo - Tabelião

RECONHECO e dou fe por **GENELHAWCA**, com  
e) depositada(s) em meus arquivos; e  
exame da titularidade dos direitos  
f) firma(s)de  
00213321-WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO

Em Testemunha da Verdade  
Brasília-DF, 04 de Setembro de 2012

048-ELZIELE LINDS C.  
FARIAS-ESCRIVÃO

Aux: ROSELI REIS MONTEIRO  
Selo: 13061201201709164974674  
Para consultar selo: [www.tidft.jus.br](http://www.tidft.jus.br)

**VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA**, sociedade empresária nacional, inscrita no CNPJ sob o nº 00.091.702/0001-28; sediada ao SGCV/Sul, Conjuntos 07 e 08, Brasília-DF, neste ato, representada pelo seu Diretor, o Sr. **Wagner Canhedo Azevedo Filho**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da carteira de identidade nº 269.125, expedida pela SSP-DF e CPF nº 116.643.041-34, com domicílio profissional no endereço acima, **ATESTA** para os fins de direito, e a quem possa se interessar, que a empresa **Santos & Pradela Negócios e Transportes Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.565.460/0001-83, com endereço no STRO/Sul, Área Especial, Trecho 01, Conjunto B, Lote 08, Sala 106, 1º andar, Brasília-DF, é gestora de operações e manutenção de 180 ônibus no Distrito Federal, conforme contrato de gestão datado de 28/12/2010, transportando, estimada e anualmente, 20.020.975 passageiros.

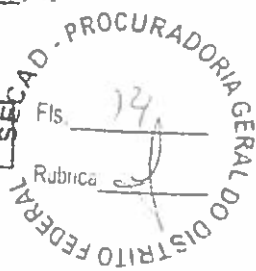
Atesta também que a prestação dos serviços foi realizada de modo satisfatório, não existindo em registros, até a presente data, fatos que desabonem seu histórico operacional.

Brasília-DF, 31 de agosto de 2012

**VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA**  
WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO



VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA	SGCV / Sul - Conjuntos 07 e 08 Fone: (61) 362 1100 - CEP: 71.315-100 Brasília Distrito Federal	CNPJ: 00.091.702/0001-28 CE-DE: 07.333.579/001-71
-------------------------------	--	--



Fis. 124  
Rubrica

A duas, e esta razão de natureza sacramental, está no fato de que, a frota legal em operação da empresa licitante, segundo informações do próprio DFTRANS no PIP nº 08190.859908/99-28 (Doc. 04), **é de 187 ônibus**, composta dos veículos licitados em 1991, via da Concorrência nº 002/91, e com seu acréscimo em Concorrência 001/97, que foi de no máximo 25% (vinte e cinco por cento), conforme determinação legal, e **não os 283** (duzentos e oitenta e três) constantes do Atestado fornecido pelo ilustrado Diretor Geral e Diretor Técnico do DFTRANS, que há muito pouco tempo, antes de ocupar este cargo politicamente, **era um dos mais combatentes dos serviços prestados tanto pela Empresa Expresso São José, como pela Empresa Pioneira**, e hoje, de forma nada convencional, fornece atestado de capacidade técnica para as mesmas. **Prestar informações falsas é sabido que é crime.**

A maior de todas as ilegalidades é a inconstitucionalidade, a qual se apresenta, especificamente, como desvio do padrão constitucional e, genericamente, como desvio do padrão legal.

Um desses tipos de ilegalidade, muito comum, é o desvio de poder, que nas palavras do Professor Adilson Abreu Dallamari (2002,p.18) "**é uma ilegalidade disfarçada, uma ilicitude com aparência de legalidade**", é ou aquele ato praticado com a finalidade diversa daquela prevista em lei, ou aquele ato praticado em prol não do interesse público, como deveria ser, e sim em prol de interesse particular.

Todavia, ainda que cometido crime de informações falsas acerca do número de veículos, como já dito, nenhum dos atestadores, dão conta de que os serviços prestados pela Empresa Expresso São José foram **de forma satisfatória, como exigido no Edital e na Lei de Licitações.**

Ora, qualquer coisa que se diga da dita Empresa, informações que se refira a sua Capacidade Técnica Operacional, que não traga nas mesmas informações, o tipo de serviço apresentado, ou seja, satisfatório ou não, não servirá para atestar dentro daquilo que pede o Edital anunciador do Certame.

Assim, não poderia nem a Comissão de Licitação aceitá-lo, nem o Diretor Geral emití-lo e permitir tal juntada, e por fim, menos ainda, deveria o senhor Secretário de Estado de Transportes, último atestador das habilitações, recebê-lo como válido.

Ora, Emérito Julgador, assim sendo, tendo a Empresa Expresso São José concorrido a Bacia nº 5, composta de 576 (quinhentos e setenta e seis ônibus) veículos, e exigido é por força do Edital, que sua operação regular anterior tenha sido com no mínimo 40% (quarenta por cento) da frota buscada, precisaria que legalmente, digo, operando com frota licitada, tivesse em operação regular, 230 (duzentos e trinta) ônibus - **NÚMERO ESTE DE VEÍCULOS QUE REGULARMENTE NUNCA TEVE EM OPERAÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTE DESTE DF E NEM DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO.** Para tanto, roga peça Vossa Excelência, informações da Secretaria de Transportes, acerca dos números de veículos licitados em favor da Empresa Expresso São José, e do número de veículo que a mesma tem cadastrado no DFTRANS, para que se comprove que a mesma opera com um número de veículos "PIRATA" bem acima dos licitados - **NÃO VÁLIDOS PARA CONTAGEM DOS 40%.**

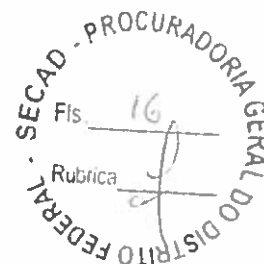
### DOS ATESTADOS FORNECIDOS

Quando um administrador público presta informações erradas, mormente quando dele se é exigido o fiel conhecimento de tais informações, há que se entender que agiu de forma criminosa, com total improbidade administrativa, em prejuízo não apenas dos concorrentes, *in casu*, como de toda coletividade, que por culpa sua, recebeu como seu condutor nas vias do DF, empresa sem capacidade técnica necessária para a operação para a qual se habilitara.

Os atestados fornecidos pelo próprio Órgão que mais tarde o analisaria, é totalmente inservível para o objeto ao qual se destinou, e tendo como tem o Edital força de lei, qualquer desobediência a um de seus dispositivos, certamente desclassifica o licitante, e neste sentido tem-se um aprofundado estudo da Procuradoria Geral da União, que assim prevê:

### Licitações e contratos administrativos

Controladoria-Geral da União - CGU  
Secretaria Federal de Controle Interno  
**CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU**



SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro

70070-905 - Brasília/DF

cgu@cgu.gov.br

**JORGE HAGE SOBRINHO**

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

**LUIZ AUGUSTO FRAGA NAVARRO DE BRITTO FILHO**

Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União

**VALDIR AGAPITO TEIXEIRA**

Secretário Federal de Controle Interno

**MARCELO NUNES NEVES DA ROCHA**

Corregedor-Geral da União

**JOSÉ EDUARDO ROMÃO**

Ouvidor-Geral da União

**MÁRIO VINÍCIUS CLAUSSEN SPINELLI**

Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

**COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS**

Ronald da Silva Balbe

Eveline Martins Brito

**EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL**

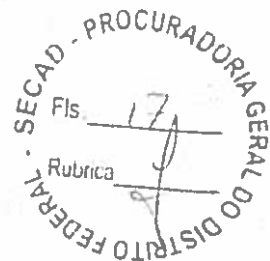
Cristiane Araújo da Silva

Marcio Almeida do Amaral

Marcus Vinicius Barros da Silva

Patricia Alvares de Azevedo Oliveira

Saulo José Gomes



### **31. O que compreende a qualificação técnica e quais são as exigências legais a ela relacionadas?**

*A qualificação técnica compreende a verificação do atendimento de exigências relativas à capacidade técnica de cumprimento do objeto licitado. O art. 30 da Lei nº 8.666/1993 limita tais exigências aos seguintes itens:*

- registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características,



L  
U  
F  
A  
L

Advogados Associados S/C Ltda

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial  
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

- comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

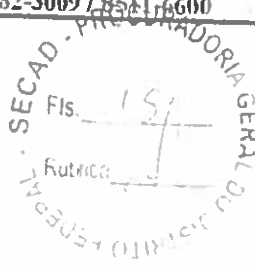
- prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. Não é adequada a exigência de itens relacionados à qualificação técnica que poderão caracterizar restrição à competitividade no processo licitatório. São exemplos destas exigências:

- comprovação de aptidão para execução dos serviços em um único contrato, sem que haja interdependência dos mesmos;

- fixação de quantidades mínimas e prazos máximos para a capacitação técnico-profissional;

- exigência de itens irrelevantes e sem valor significativo em relação ao objeto em licitação para efeito de capacitação técnico-profissional ou técnico-operacional; e exigência de itens que, no decorrer do contrato, acabam não sendo executados.

Ressalta-se que a capacitação técnico-profissional trata de comprovação fornecida pelo licitante de que possui, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes às do objeto licitado. Em linhas gerais, refere-se à qualificação dos profissionais que integram os



*quadros da sociedade empresarial que executarão o objeto licitado.*

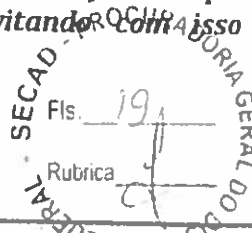
*Já a capacitação técnico-operacional envolve comprovação de que a empresa licitante, como unidade econômica agrupadora de bens e pessoas, já executou, de modo satisfatório, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.*

Óbvio que em se verificando vício de natureza insanável, com responsabilidade da própria estrutura administrativa, não há que se pensar em outra alternativa que não a de anular todo o Certame, para que não restem maiores prejuízos para os demais, quiçá eliminados de forma ilegal e interesseira por terceiros participantes daquela Comissão, com o aval final do senhor Secretário de Estado de Transportes do DF. Vejamos:

#### **40. Quais são os casos de anulação e revogação do procedimento licitatório?**

*A licitação é um procedimento administrativo composto por uma sequência encadeada de atos administrativos visando à futura contratação com o licitante vencedor do certame.*

*Se ocorrer vício de ilegalidade insanável na prática de algum ato do procedimento licitatório, esse ato deverá ser anulado, e sua anulação conduzirá à nulidade de todas as etapas posteriores do procedimento, dependentes ou consequentes daquele ato. Se for detectada alguma ilegalidade no edital, por exemplo, os atos anteriores à sua edição poderão ser aproveitados, ao passo que os posteriores deverão ser anulados. Em determinadas situações, a depender do caso concreto, o ato viciado ou defeituoso poderá ser saneado ou corrigido, evitando-se assim a sua anulação.*



13





L  
U  
F  
A  
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial  
STF - STJ - TST - TSE - TRF

*É importante lembrar que a Administração Pública, no exercício do seu poder de autotutela, tem o poder/dever de anular os atos eivados de vícios de ilegalidade, uma vez que deles tome conhecimento. Naturalmente, isso não afasta a eventual apreciação e julgamento desses atos pelo Poder Judiciário.*

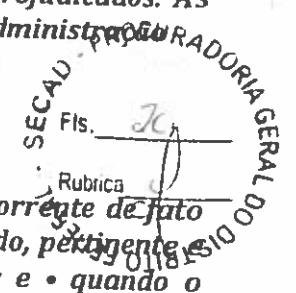
*O art. 38, IX, da Lei nº 8.666/1993, determina que o despacho de anulação da licitação seja fundamentado circunstanciadamente. A anulação por motivo de ilegalidade deve ser efetuada pela autoridade competente para a aprovação do procedimento, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. O art. 49, § 2º, da mesma lei, assevera que a nulidade do processo licitatório leva à nulidade do contrato. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, conforme o art. 49, § 1º, da Lei de Licitações, justamente porque do ato ilegal não surgem direitos.*

*A possibilidade de revogação da licitação sofreu considerável restrição com a edição da Lei nº 8.666/1993, pois esta permite a revogação somente em duas hipóteses, devendo o despacho revogatório ser devidamente motivado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa aos prejudicados. As hipóteses de revogação facultadas à Administração são as seguintes:*

**Licitações**

- por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; e
- quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório.

*O interesse público invocado para a revogação da licitação deve ser bem explicado e fundamentado nos autos do processo licitatório.*



L  
U  
F  
A  
L

Advogados Associados S/C Ltda

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial  
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

*Segundo Hely Lopes Meirelles, "diversamente do que ocorre com a anulação, que pode ser total ou parcial, não é possível a revogação de um simples ato do procedimento licitatório, como o julgamento, por exemplo. Ocorrendo motivo de interesse público que desaconselhe a contratação do objeto da licitação, é todo o procedimento que se revoga".*

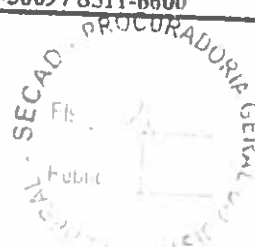
Aqui, não há se vislumbrar outra saída que não a anulação de todo o Processo, mesmo porque, com os mesmos equívocos, ou erros intencionais, movidos por interesses próprios, outros atestados foram fornecidos, como no caso da outra contemplada, a Empresa Pioneira. Que também responde Processo por apresentação de Atestado não condizente com o previsto no Edital e na Lei de Licitações.

### **DAS RAZÕES DO PRESENTE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO À HABILITAÇÃO DA EMPRESA EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA E VIAÇÃO PIONEIRA**

Na verdade, não apenas não atesta a capacidade da Empresa de prestar os serviços para os quais se habilitara, objeto da licitação, como também junta no dito Certificado, informações incorretas, fornecidas, quiçá, de forma criminosa, acerca do número de veículos com os quais legalmente licitados opera a Empresa Expresso São José, incluindo nestes os "PIRATAS", apenas para completar o que necessita a Empresa para justificar o ora rebatido Atestado de Capacidade Técnica, em desacordo aos preceitos constitucionais e infraconstitucionais já apresentados, isto sem falar quer em momento algum o Diretor Geral do DFTRANS e o Diretor Técnico de Operações, atestaram que a Empresa Expresso São José estava capacitada para o serviço que se habilitara, pois não dizem em momento algum que a mesma **PRESTOU SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS DE FORMA SATISFATÓRIA**, como exige o Edital e a Lei de Licitações. Igualmente procedeu no caso da Viação Pioneira Ltda.

15

dr. luizfernandolima@hotmail.com - fones: (61) 9982-3009 / 8511-6600



L  
U  
F  
A  
L

Advogados Associados S/C Ltda

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial  
STF - STJ - TST - TSE - TRF

## DA PROVA DO PROTECIONISMO PARA COM AS EMPRESAS

Na data de 05 de novembro do ano de 2012, a Empresa de Transporte Vera Cruz Ltda ME, de forma apropriada e juridicamente perfeita, ingressou via de seu representante legal, o senhor Adevandro Pereira da Silva, com Recurso Administrativo, contra a habilitação da Empresa Expresso São José, expondo de forma clara e nos quase mesmos moldes deste *petitorium*, a falha cometida no fornecimento do já mencionado Atestado de Capacidade Técnica, bem como outras razões que inviabilizariam a habilitação da dita Empresa (doc. nº 05), tendo como resposta na data de 11 de dezembro do mesmo ano, a improcedência do seu recurso e a habilitação da Empresa Expresso São José, razão pela qual este peticionário resolveu por suprimir aquela instância e ajuizar o presente *mandamus*.

## DAS PUBLICAÇÕES IRREGULARES

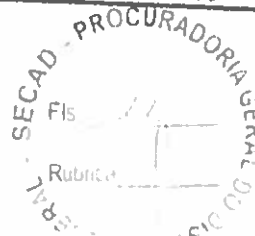
### QUANTO AO RESULTADO DO LOTE Nº 2

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO 1/2011  
AVISO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS - LOTE 2  
CONCORRÊNCIA Nº 01/2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL - designada pela Portaria nº 13-ST, de 22 de fevereiro de 2012, comunica aos participantes da Concorrência nº 01/2011- ST, Processo nº 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, o resultado do Julgamento das Propostas Financeiras: PROPONENTES CLASSIFICADAS NO LOTE 2: a) Viação Pioneira Ltda., Tarifa Técnica R\$ 2,3661; e b) Expresso São José Ltda., Tarifa Técnica R\$ 2,5902. O Relatório do

dr. luizfernandolima@hotmail.com - fones: (61) 9982-3009 / 8511-6600

16



Julgamento das Propostas encontra-se disponível na sala da Comissão Especial de Licitação - CEL situada no Anexo do Palácio do Buriti - 15ª andar, Brasília DF, e no site oficial da Secretaria: [www.st.df.gov.br](http://www.st.df.gov.br). O prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso conta-se a partir da publicação deste Aviso.

Brasília, 17 de dezembro de 2012.  
GALENO FURTADO MONTE  
Presidente

\*DODF nº 255, de 18/12/2012, página nº 172.

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS**  
**FINANCEIRAS - LOTE 2 CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL - designada pela Portaria nº 13-ST, de 22 de fevereiro de 2012, comunica aos participantes da Concorrência nº 01/2011-ST, Processo nº 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, a Classificação Final das Propostas Financeiras referente ao Lote 2: 1ª CLASSIFICADA: Viação Pioneira Ltda., com Tarifa Técnica de R\$ 2,3661; e 2ª CLASSIFICADA: Expresso São José Ltda., com Tarifa Técnica de R\$ 2,5902.

Brasília, 18 de dezembro de 2012.  
GALENO FURTADO MONTE  
Presidente

\*DODF nº 256, de 19/12/2012, página nº 71.

**AVISO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**  
**DO LOTE 2 CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL - designada pela Portaria nº 13-ST, de 22 de fevereiro de 2012, comunica aos participantes da Concorrência nº 01/2011-ST, Processo nº 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do

dr. luizfernandolima@hotmail.com - fones: (61) 9982-3009 / 8511-6600

Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, a Licitante Vencedora do Lote 2: **Viação Pioneira Ltda.**, com Tarifa Técnica de R\$ 2,3661.

Brasília, 18 de dezembro de 2012.  
**GALENO FURTADO MONTE**  
Presidente

\*DODF nº 256, de 19/12/2012, página nº 71.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO LOTE 2**  
**CONCORRÊNCIA Nº 01/2011 - ST**

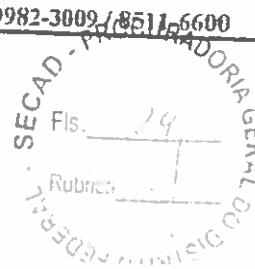
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES EM EXERCÍCIO homologa o resultado do Lote 2 da Concorrência nº 01/2011-ST, Processo nº 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, e adjudica o objeto do **Lote 2 desse Certame à Viação Pioneira Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.830.982/0001-62, com Tarifa Técnica de R\$ 2,3661.

Brasília, 18 de dezembro de 2012.  
**PAULO VICTOR RADA DE REZENDE**  
Secretário em Exercício

\*DODF nº 256, de 19/12/2012, página nº 71.

Perceba Excelência, que o Presidente da Comissão de Licitação, em nenhum momento respeitou o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, preconizado na lei de licitações e por ele anunciado na publicação do \*DODF nº 255, de 18/12/2012, página nº 172, tendo em vista que o **JULGAMENTO DA PROPOSTA DO LOTE 2**, com abertura de prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso se deu no dia 17 com publicação no DODF no dia 18/12/2012; a **DECLARAÇÃO DA VENCEDORA DO LOTE 2** se deu no dia 18 com publicação no DODF do dia 19; a **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**, de igual forma, se deu no dia 18 com publicação no DODF do dia 19.

**PERGUNTA-SE:** onde estão os 5 (cinco) dias úteis, regradados pela a lei específica e pelo o Edital de licitações?



De igual forma, também não foi respeitado tal prazo recursal quando do julgamento e publicação do resultado em relação da empresa vencedora do Lote 5 (cinco) que abaixo levamos ao conhecimento deste D. Juízo. Vejamos:

## QUANTO AO RESULTADO DO LOTE Nº5

### AVISO DE RATIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011

Processo: 090.000.455/2010. Assunto: Licitação destinada a delegar os serviços básicos rodoviários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL ratifica a decisão da Comissão Especial de Licitação da Concorrência Pública n.º 1/2011-ST, de não conhecer o pedido de reconsideração de Recurso Administrativo proveniente do Consórcio Distrito Federal de Transportes Urbanos, por absoluta falta de amparo legal, visto que o inciso III do art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93 não se aplica à pretensão do referido Consórcio.

Brasília, 27 de dezembro de 2012.  
JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO

\*DODF n.º 262, de 27/12/2012, página n.º 4.

### COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO AVISO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS - LOTE 5 CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL - designada pela Portaria n.º 13-ST, de 22 de fevereiro de 2012, comunica aos participantes da Concorrência n.º 01/2011-ST, Processo n.º 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, o resultado do Julgamento das Propostas Financeiras:



**PROPONENTES CLASSIFICADOS NO LOTE 5: a) Expresso São José Ltda., Tarifa Técnica R\$ 2,7093.** O Relatório do Julgamento das Propostas encontra-se disponível na sala da Comissão Especial de Licitação - CEL situada no Anexo do Palácio do Buriti - 15ª andar, Brasília DF, e no site oficial da Secretaria: [www.st.df.gov.br](http://www.st.df.gov.br). O prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso conta-se a partir da publicação deste Aviso.

Brasília, 27 de dezembro de 2012.  
**GALENO FURTADO MONTE**  
 Presidente

\*DODF nº 262, de 27/12/2012, página nº 4.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
 DO LOTE 5 DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES homologa o resultado do Lote 5 da Concorrência nº 01/2011-ST, Processo nº 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, e adjudica o objeto do **Lote 5 desse Certame à Expresso São José Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.627.142/0001-46, com tarifa técnica de R\$ 2,7093.

Brasília, 27 de dezembro de 2012.  
**JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO**  
 Secretário de Estado

\*DODF nº 263, de 28/12/2012, página nº 47.

**AVISO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA  
 DO LOTE 5 DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL - designada pela Portaria nº 13-ST, de 22 de fevereiro de 2012, comunica aos participantes da Concorrência nº 01/2011-ST, Processo nº 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, a Licitante Vencedora do **Lote 5: Expresso São José Ltda.**, com Tarifa Técnica de R\$ 2,7093.



Brasília, 27 de dezembro de 2012.  
**GALENO FURTADO MONTE**  
Presidente

\*DODF nº 263, de 28/12/2012, página nº 47.

**AVISO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS -  
LOTE 5 DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST**

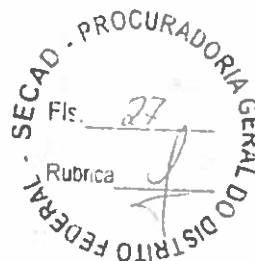
O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL - designada pela Portaria nº 13-ST, de 22 de fevereiro de 2012, comunica aos participantes da Concorrência nº 01/2011- ST, Processo nº 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, a Classificação Final das Propostas Financeiras referente ao **LOTE 5: 1ª CLASSIFICADA: Expresso São José Ltda.**, com tarifa técnica de R\$ 2,7093.

Brasília, 27 de dezembro de 2012.  
**GALENO FURTADO MONTE**  
Presidente

\*DODF nº 263, de 28/12/2012, página nº 47.

**REABERTURA**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011-ST  
(REABERTURA)**



A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL torna público aos interessados a reabertura da Concorrência Pública nº 01/2011-ST, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, para os Lotes remanescentes: 3, 4 e 1, tendo em vista que não houve Proponentes habilitados nos respectivos lotes. O Edital estará disponível no endereço eletrônico: [www.st.df.gov.br](http://www.st.df.gov.br), ou para retirada no Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, sala 1501, Brasília/DF, a partir de 02 de janeiro de 2013, às 14h00. Abertura das Propostas: **dia 04 de fevereiro de 2013. Horário: 10h00.**



Local: Auditório do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/ DF, situado no SAM, Bloco C - Setor Complementares, Brasília - DF .

Brasília, 28 de dezembro de 2012.  
GALENO FURTADO MONTE  
Presidente

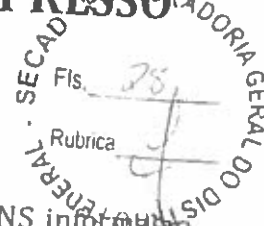
\*DODF nº 263, de 28/12/2012, página nº 47.

Mesmo com toda irregularidade, ainda publicou no DODF adrede citado, determinação para apresentação dos envelopes dos lotes não contemplados, o que se ocorrendo, representará mais prejuízos para os cofres públicos, pois o que começa errado, não pode finalizar certo. Ademais, Não há se pensar na homologação de quem nem mesmo conseguiu apresentar seu Certificado de Capacidade Técnica, e muito menos quando apresenta Certificado com informações inverídicas.

As duas únicas Empresas habilitadas, receberam dos mesmos signatários mencionados adredemente, seus Atestados de Capacidade Técnica, ambos contendo os mesmo vícios de ilegalidade insanável, que foram a Empresa Expresso São José e a Empresa Pioneira.

## DA FALTA DE CONHECIMENTO DOS ATESTADORES ACERCA DA EMPRESA EXPRESSO SÃO JOSÉ

No PIP nº 08190.859908/99-28 (Doc. 07), O DFTRANS informou ao Ministério Público que a Empresa Expresso São José estava operando com 187 ônibus no Sistema, e que todos foram inseridos por força de Licitação (Concorrência 002/91), já no Certificado de Capacidade Técnica, fornecido pelo Diretor Geral, o Senhor **MARCO ANTONIO CAMPANELA** e pelo Diretor Técnico, o Senhor **RAIMUNDO LÚCIO**, ambos **INFORMAM** que a Empresa Expresso São José



L  
U  
F  
A  
L

Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial  
STF - STJ - TST - TSE - TRF1

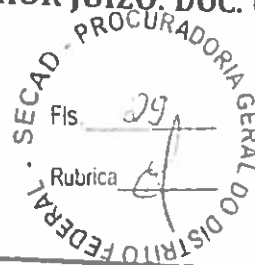
opera no Sistema desde 28/04/1998 (doc. 06).. Todavia, **NÃO ATESTARAM** se a empresa prestou um bom serviço neste período. E nem poderiam validar tal Atestado simplesmente pelo fato do Diretor Geral não ter conhecimento de tal prestação de serviço até porque ocupa cargo comissionado a partir do ano 2011, bem como o seu diretor técnico que além de também ter cargo comissionado a partir do ano de 2011 é diretor do Sindicato dos Rodoviários há pelo menos uns 20 anos e tinha como meta combater, fiscalizar e denunciar a mal prestação de serviço desta empresa que milhares de multas por prestar um péssimo serviço para os usuários e está ocupando cargo político na **DFTRANS (TRANSPORTES URBANO DO DISTRITO FEDERAL)** simplesmente para viabilizarem tal licitação.

Ora, entre uma informação e outra, há um interregno não permissível de 07 (sete) anos. Não permissível pelo fato de que ao ser determinada empresa contemplada para operar em determinado Sistema, tem ela um prazo para início nunca superior a 06 (seis) meses, e caso não o cumpra, é de pronto eliminada.

Assim, fica no ar uma pergunta: **QUEM ESTÁ MENTINDO NESTAS INFORMAÇÕES? QUEM GANHOU O QUE PARA FORJAR TAIS INFORMAÇÕES?**

### **OUTRO FATO QUE VAL DE CURIOSO A SUSPEITO**

Uns podem achar curioso, eu, arriscadamente acho suspeito, que uma Comissão de Licitação possa em um mesmo dia de trabalho, onde inicie às 14:30 horas, possa analisar perfunctoriamente 09 (nove) propostas, emitir Parecer, fazer Relatório, remeter tal relatório à Instância Superior como Manda a Lei Especial e o Edital de Licitações, e no mesmo dia, ser emitido Relatório Final, assinado pelo Senhor Secretário de Estado de Transporte, dando conta das Empresas vencedoras e perdedoras, dando conta de suas habilitações e inhabilitações - **PARA MIM, ALÉM DE SUSPEITO, HÁ MANEJO TENDENCIOSO - SALVO MELHOR JUÍZO. DOC. 06 e 06 A)**



dr. luizfernandolima@hotmail.com - fones: (61) 9982-3009 / 8511-6600

23

## DO FUMUS BONITURIS

Este está cristalinamente estampado quando da já provada irregularidade acerca da Emissão do Certificado de Capacidade Técnica fornecido pelos senhores Diretores do DFTRANS, acrescido dos flagrantes desrespeitos não apenas à Constituição e a Lei de Licitações, como também aos dispostos no Edital de nº 001/2011, conforme já demonstrado.

O processo administrativo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, que prevê em seu art. 3º:

*"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes aos correlatos".*

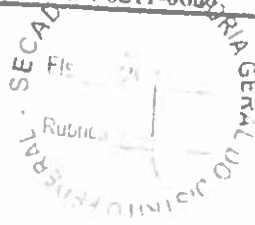
O Edital torna-se lei entre as partes tornando-o imutável, tanto que, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração alterá-lo até o encerramento do processo licitatório. Tem-se aí, a garantia à moralidade, à impessoalidade administrativa e a segurança jurídica.

Tanto é que o art. 21, da Lei de Licitações prevê a possibilidade de alteração do edital, ao dispor:

**"Art. 21**

**§ 4º - Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inequivocamente, a alteração não afetar a formulação das propostas".**

Desta forma, os licitantes e o Poder Público estão adstritos ao Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao Contrato. Isto tudo previsto no art. 43, V, da Lei de Licitações.



L  
U  
F  
A  
L

Advogados Associados S/C Ltda

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial  
STF - STJ - TST - TSE - TRF

E é pacífica na doutrina e na jurisprudência a lição que o Edital faz lei entre as partes. E é isto o que preleciona a jurisprudência do STJ:

*"A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, Art. 41) REsp. 797.179/MT, 1ª T. rel. Min. Denise Arruda, j. em 19.10.2006. DJ de 07.11.2006".*

*"Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente AP Edital de Licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deverá ser reprimido. Não pode a Administração ignorar tais regras sob o argumento de que seriam viciadas ou inadequadas.*

*Caso assim entenda, deverá refazer o edital, com o reinício do procedimento licitatório, jamais ignorá-las (MS nº 13.005/DF. 1ª S. rel. Min. Denise Arruda. J. em 17.11.2008)".*

Desrespeitadas as normas e condições editalícias, demonstrado está o direito do impetrante de buscar sua segurança, sua tranquilidade, quando este faz uso direto do objeto da licitação, especialmente se tal serviço entregue de forma irregular, irresponsável, à quem não conseguiu nem mesmo provar sua **CAPACIDADE TÉCNICA**, risco este oferecido, também à toda a sociedade usuária do referido transporte.

### **DO PERICULUM-IN-MORA**

Este requisito, por sua vez, resta por demais demonstrado, quando se verificar que a manutenção da decisão havida pelos membros da Comissão de

Licitação e corroborada ao final pelo senhor Secretário de Estado de Transportes, o Senhor **JOSÉ WALTER VASQUEZ FILHO** (doc. 06), gerará não apenas prejuízo financeiro para os cofres públicos, mas também aos bolsos dos contribuintes, entre eles, o ora impetrante, que com o recolhimento de seus tributos move a máquina administrativa do Estado.

dr luizfernandolima@hotmail.com - fones: (61) 9982-3009 / 8511-6600

25



Certamente que distribuirá para indevidamente habilitada, valores que mais tarde não conseguirá buscá-los.

## **DO PEDIDO**

Ante todo o exposto e farta documentação apresentada, roga a impetrante para que não restem mais prejuízos para o erário público, e nem permissão para infringir dispositivos legais, por quem não poderia desconhecer dos fatos, que seja o presente *writ* totalmente **PROCEDENTE**, para que possa Vossa Excelência, de forma imediata, determinar seja tornado sem efeito a decisão que habilitou a Empresa Expresso São José e Viação Pioneira Ltda, na Concorrência 001/2011 - ST, mormente, diga-se mais uma vez, pelas informações falsas contidas no seu Atestado de Capacidade Técnica, que não refletem nem habilidade e nem segurança para os usuários.

Seja intimada a impetrada para apresentar as informações necessárias e exigidas por Vossa Excelência, em especial as que informam a data das licitações que participou a Empresa Expresso São José Ltda e Viação Pioneira Ltda e com quantos veículos fora, as mesmas contempladas. Tudo para provar que o número de veículos que a mesma deveria operar legalmente, não seria suficiente para participar do dito Certame, isto é não atenderia ao disposto no Edital no item 21.4.1.1.1.1, que determina que tenha em operação regular, 40% (quarenta por cento) do total dos veículos contidos no lote pretendido. **Veículos cadastrados no DFTRANS sem licitação, são veículos PIRATAS, que ali estão por força de oferecimento de algum benefício não previsto em lei ou em qualquer regramento jurídico.** Modalidade esta já tão noticiada em nossos veículos de comunicação e rebatida pelo MP e Órgãos de Fiscalização.

Sejam determinadas providências para apuração do ato ilegal (**IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA/FRAUDE À LICITAÇÃO**), cometido pelos Senhores **MARCOS ANTÔNIO T. CAMPANELLA** e **RAIMUNDO LÚCIO L. DA SILVA**, respectivamente Diretor Geral e Diretor Técnico do DFTRANS, que emitiram Atestados de Capacidade Técnica com informações que não condiziam com a verdade.



L  
U  
F  
A  
L

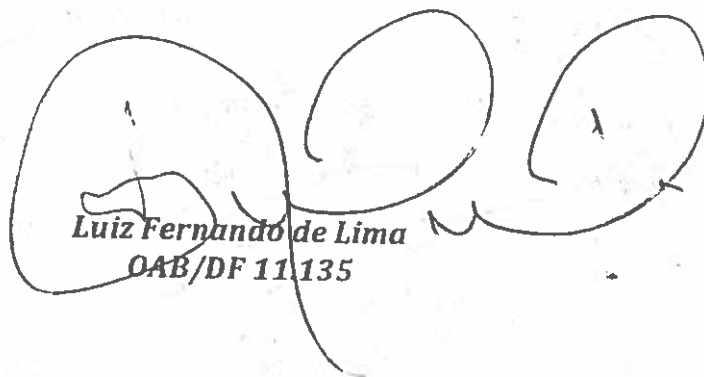
Advogados Associados S/C Ltda.

Advocacia  
Assessoramento e  
Consultoria Empresarial.  
STF - STJ - TST - TSE - TRF

Tanto quanto os acima citados, seja levado ao conhecimento do ilustrado representante do **parquet**, o relatório final assinado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes, que corroborou na habilitação da empresa São José, uma vez que não podia desconhecer a falta de qualificação técnica da mesma para operar no serviço a que se propôs.

Dá à causa o valor de R\$ 1.000,00 para efeitos fiscais.

Termos em que,  
Pede deferimento.  
Brasília-DF., 07 de janeiro de 2013.

  
Luiz Fernando de Lima  
OAB/DF 11.135



dr. luizfernandolima@hotmail.com - fones: (61) 9982-3009 / 8511-6600

27